

## A Educação no Movimento de Criação: 1997 a 2004

### ROMUALDO DIAS

*In: JUCA GIL (organizador) Educação Municipal: experiências de políticas democráticas. Ubatuba (SP): Estação Palavra. 2004.*

Sobre o coordenador da obra e sobre o autor do capítulo:

**JUCA GIL** – Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e da Universidade de Taubaté. Trabalhou nas Secretarias de Educação dos Municípios de Mauá e Diadema/SP. Doutorando em Educação, é membro da Comissão de Assuntos Educacionais do Partido dos Trabalhadores (CAED-PT).

Email: [jucagil@uol.com.br](mailto:jucagil@uol.com.br);

**ROMUALDO DIAS** – Doutor em Educação e Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus de Rio Claro/ São Paulo. Foi Secretário da Educação do Município de Rio Claro / SP durante a Administração da Frente do Cidadão de Rio Claro (PV/PMDB/PT/PPS/PDT/PC do B).

**Prefeito: Cláudio de Mauro e Vice Prefeito: Cláudio Zerbo.**

Email: [diasro@terra.com.br](mailto:diasro@terra.com.br) ; [claudio43mauro@gmail.com](mailto:claudio43mauro@gmail.com)

*“Os inspiradores, os criadores de ordens religiosas, os fundadores de linguagens, os grandes iniciados, os videntes, os poetas, foram livres exploradores, investigadores da alma humana, inventores de mundos tomados por uma paixão absolutamente autêntica. Não nos cabe atingir seus objetivos nem tampouco reproduzir seus resultados. Cabe-nos, sim, despertar em nós mesmos a febre de verdade e de amor que os animava.”*

*Pierre Lévy*

*“Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas.”*

*Manoel de Barros*

A Educação em Rio Claro vem ganhando em dinamismo e criatividade desde o ano de 1997, quando assumiu o governo da cidade a Frente do Cidadão de Rio Claro. As mudanças efetuadas nesse período confirmam que a Educação tem deixado de ser um monumento estabelecido em uma tradição, para se tornar acontecimento. Acontecimento se faz com movimentos de criação, realizados nos limites da realidade em que se situam, com a força suficiente para expandir as fronteiras do possível. A composição de novas forças alterou o funcionamento do poder nas práticas das

lideranças políticas e dos educadores. O Governo chega o ano de 2004 podendo reconhecer acontecimentos em uma cidade que se vem tornando cada vez mais viva.

## **1- RETROSPECTIVA DE UMA TRAJETÓRIA**

O reconhecimento do trabalho realizado pela Secretaria Municipal da Educação de Rio Claro exige uma compreensão dos feitos que renuncia a uma autoria individualizada e conferida à figura da Administração Municipal. O trabalho aconteceu enquanto resultado de esforços efetivos por parte da Secretaria da Educação, que conseguiu o envolvimento da Rede Municipal de Ensino. Estas duas instâncias, em permanente articulação no fazer, ganharam o estatuto de autores de todos os movimentos e inovações que se pode reconhecer na trajetória realizada entre 1997 e 2004.

Essas mudanças seriam impossíveis sem a ação combinada destes dois atores sociais. O pronunciamento sobre as inovações nas experiências educacionais foi-se fazendo no movimento mesmo da mudança. Se, antes, um certo autor incorporava um papel personalista para enaltecer a figura de um ser político, atualmente temos uma equipe organizada na máquina administrativa e uma rede de educadores comprometidos com a vida no cotidiano das escolas.

Este deslocamento no modo de ser sujeitos autores da experiência em educação aconteceu lentamente no período em foco. Trata-se de uma história orientada por um projeto político de toda uma equipe do Governo, abarcando, assim, os propósitos de envolvimento de toda uma cidade.

O Projeto político da gestão da cidade foi elaborado pela articulação de partidos políticos que se organizaram na Frente do Cidadão de Rio Claro. As lideranças políticas propuseram-se planejar a ação de governar a cidade com uma forma diferenciada de exercício do poder, orientada pelos seguintes princípios: “1) honestidade na prática política; 2) democratização: a prática política como ação coletiva; 3) valorização da cidade e de nossa gente; 4) reconhecimento do Município em sua expressão regional”.

Esta secretaria Municipal da Educação, enquanto parte da máquina administrativa, assumiu a honestidade no trato da coisa pública, enquanto princípio orientador da ação nas relações com os profissionais da Rede Municipal de Ensino, com as famílias dos educandos e com a comunidade em geral. Esta atitude política rendeu a esta Secretaria credibilidade e conferiu maior autoridade no exercício das funções. A administração dos recursos financeiros vem sendo feita com extremo rigor, garantindo transparência e o fim dos desperdícios de qualquer tipo.

A Frente do Cidadão de Rio Claro estabeleceu diretrizes para garantir uma ação política fundada na honestidade. O conjunto de diretrizes assume a prudência de demarcar o campo jurídico para as práticas inovadoras. A legislação já oferecia amplos recursos de organização do governo da cidade no campo de racionalidade que superam hábitos de desmandos e vícios de tutela nas relações entre cidadãos e autoridades políticas.

Entre as primeiras diretrizes do plano de governo da cidade está a seguinte: “compromisso com respeito à legislação vigente, conhecendo e implementando a Lei Orgânica do Município, bem como o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado”.

O País inteiro movimentou-se na constituição de um campo de relações de direitos a partir da elaboração e da promulgação da Carta Constitucional de 1988, denominada por Ulisses Guimarães-cidadão de Rio Claro, liderança nacional na época-como a Constituição-cidadã. O agir político em um campo jurídico estável garantiria recursos para promover as mudanças necessárias na cidade, para diminuir a desigualdade e promover a inclusão social. A mudança ocorrida consiste na saída de

uma cidade administrada para sustentar privilégios de uma elite, para alcançar uma cidade saudável para todos.

Deste modo, instalando sabiamente a ação política nas leis, Rio Claro conectava-se com todo o País, atualizava-se no tempo. O princípio da honestidade no serviço público e a implementação da lei deram as melhores condições para lançar a proposta de um Governo feito com a participação de todos.

Uma efetiva ampliação da participação aconteceu na esfera da Educação. Os Conselhos de Escola foram instalados e estão em pleno funcionamento. As ações educacionais foram amplamente discutidas, em Conferências de Educação e em instâncias de reflexão e de deliberação organizadas na própria Secretaria Municipal. As experiências de participação aprofundaram-se com o acompanhamento das ações do Governo. Uma forma de fiscalização responsável está sendo experimentada na prática desses Conselhos.

Desde o início do Governo a Frente dos Partidos organizados para o exercício do Poder Executivo preocupou-se em alterar a qualidade das relações como Poder Legislativo, compreendendo que o bom entendimento entre estas duas instâncias de poder só poderia resultar em benefícios para toda a cidade. Na área da Educação, o aprendizado nas relações com o Poder Legislativo deu-se tanto no trabalho de reelaboração do Estatuto do Magistério quanto no cotidiano de prestação de serviços-orientada pelo princípio do Direito, recusando a prática de qualquer modalidade de clientelismo.

A Frente do Cidadão de Rio Claro definiu o Programa de Governo com o compromisso de construir a democracia através da participação de todos. O modo como definiu a participação como exercício da democracia está apresentado na formulação dos seguintes princípios:

*Reconhecer e respeitar o pluralismo de idéias, a liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;*

*Reconhecer a existência dos movimentos populares organizados, representações sindicais e sociais, respeitada sua independência, incentivando a participação, abrindo canais de comunicação com o Poder Executivo;*

*Estimular a integração dos movimentos sociais, sindicatos e demais forma de organização social na co-gestão do Município;*

*Descentralizar a administração através de Conselhos Regionais, integrando as diversas áreas que compõem os setores administrativos;*

*Criação dos Conselhos Municipais que ainda não operam, bem como estimular e fortalecer os já existentes;*

*Desmonopolizar o saber, com ampla divulgação de informações por parte dos órgãos de administração municipal;*

*Viabilizar a abordagem multiprofissional/ interdisciplinar das políticas públicas, com integração entre os órgãos da Administração Pública e as outras instituições públicas;*

*Preparar o plano de descentralização político-administrativa, inclusive do planejamento e da gestão financeira, tanto setorial como espacial;*

*Reconhecer a unidade de vizinhança (o bairro, a vila, os distritos) como cédula da organização física, social e econômica, de forma a facilitar a vida e a participação da comunidade na Administração Municipal.*

Estes princípios estão presentes nas ações da Secretaria da Educação desde o início do Governo. Instâncias de participação e experiência de relações democráticas aconteceram em todo o percurso feito até este início de 2004. Nesse momento, podemos

olhar para esta história reconhecendo como novidade um elemento que se foi descobrindo e constituindo no próprio fazer: a colocar a Administração a serviço educacional. A escola vem sendo valorizada como lugar do acontecimento educacional inovador, e os educadores vêm sendo reconhecidos como os sujeitos das mudanças. Esta novidade resulta em novas possibilidades de consolidação das experiências e democracia e de participação na Rede Municipal de Ensino.

O programa de governo da Frente do Cidadão de Rio Claro compreendeu que a reinvenção da democracia dependia de um trabalho para a superação da desigualdade na cidade. Por isso, a Prefeitura deveria assumir o papel de protagonista do desenvolvimento local. Nesta concepção de desenvolvimento, a Política Educacional é desafiada para uma ação dinâmica e criativa. O trabalho realizado pela Secretaria Municipal da Educação atende a este desafio. As políticas públicas assumidas pelo novo Governo assentam-se no princípio dos direitos sociais e se realizam no trabalho da construção de uma cidade para todos. Recusar uma gestão do serviço público em função de privilégios de alguns setores sociais e ampliar os serviços como direito de todos os moradores da cidade são escolhas sustentadas na ação educacional.

A Definição de desenvolvimento para a cidade de Rio claro consta das diretrizes de governo assumidas no ano de 1997:

*Implantação do Conselho de Desenvolvimento, composto por representantes dos diversos segmentos sociais, com a responsabilidade de:*

*- pensar o modelo de desenvolvimento municipal, levando em conta a cidade e o campo;*

*- escolher uma tendência para o crescimento do setor produtivo, capaz de garantir a ampliação da quantidade e qualidade de empregos e aumentar a arrecadação de impostos;*

*- valorizar os investimentos e as empresas locais, principalmente aquelas que solidificam a oferta de empregos;*

*- desenhar as estratégias que serão adotadas na captação de investimentos externos, capazes de movimentar a economia local, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, com respeito à Natureza e estimulando a vida.*

*Mapear e estimular os setores capazes de gerar empregos, fixando os excedentes locais no Município e priorizando as técnicas que utilizem intensivamente a mão-de-obra local na expansão das atividades econômicas.*

*Estimular a reativação dos recursos produtivos ociosos no Município e na Região, inclusive revertendo os investimentos do setor especulativo improdutivo para o setor produtivo, como forma de movimentar a economia e ampliar as possibilidades de trabalho para nossa população.*

*Além do trabalho, as pessoas e o Município precisam ser estimulados ao respeito mútuo e à solidariedade. Não seremos capazes de construir uma sociedade mais justa e fraterna se não solidários. Em Rio Claro devem ser ampliados os grupos de ajuda mútua.*

*Reconhecer o papel do Poder Público Municipal no provimento dos bens e serviços essenciais à vida digna, consignando como direitos de todos e adequados às características sócio-econômicas da população.*

*Promover o acesso do cidadão a um lugar social digno, tanto do ponto de vista da moradia como do trabalho, que assegure uma vida física e mental sadia.*

*Viabilizar os instrumentos que garantam a função social da propriedade, prevalecendo sobre o exercício do direito da propriedade individual em relação ao interesse coletivo.*

*Preparar a reestruturação administrativa e instrumentalização do Poder Público local, visando à eficácia e à eficiência econômica.*

*Preparar e implantar o Plano de Cargos e Carreira do funcionalismo municipal.*

Para todas estas diretrizes, a Secretaria Municipal da Educação vem dando uma contribuição qualificada. As Políticas Educacionais implementadas em todo o período de governo da Frente foram coerentes com seus princípios e suas diretrizes. No lema “Rio Claro-cidade Viva”expõe-se o compromisso com a vida como princípio central de um novo exercício do poder. Uma ‘Educação Servindo à Vida ‘ oferece sua contribuição efetiva para a construção desta cidade para todos.

## **2- ‘EDUCAÇÃO SERVINDO À VIDA ‘**

O Projeto Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação está sintetizado no lema “Educação Servindo à Vida “. Entendido como um serviço público, esse Projeto consolida-se politicamente no compromisso com a sustentação e a expansão da vida, visando a uma cidade que se edifica para todos. O compromisso expresso neste lema vem sendo construído no processo educacional, de modo que o Projeto se desdobra em ações e em esforços para a ampliação possível dos meios disponíveis. Esse compromisso expressa-se no empenho em realizar uma Educação de qualidade, baseando-se nos seguintes princípios:

*- formação continuada e reflexiva de todos os envolvidos com o processo educativo.*

*- Gestão democrática dos processos educacionais.*

*- Democratização do acesso e da permanência na escola.*

Um processo educacional inovador vem-se realizando através da articulação de todos os elementos mencionados nestes princípios. O primeiro é o educador. Se a Secretaria da Educação não puder contar com educadores comprometidos com o educando, não haverá a qualidade e nem a criatividade desejadas. Quem faz a Educação são os educadores, e a Administração Pública se coloca como apoio para que estes realizem do melhor modo possível os seus trabalhos.

As ações dos educadores situam-se em um espaço e um tempo determinados. A organização dos processos educacionais por meio de uma gestão democrática dos recursos cria as condições materiais para o educador educar. A participação de todos na gestão da escola faz com que o processo educacional ocorra o mais próximo possível da realidade onde ela se insere.

O terceiro elemento referido acima é o educando. O compromisso com os setores populares implica favorecer a todos no acesso e na permanência na escola. Assim se complementam os três elementos fundamentais do processo educacional: o educador e o educando situados em uma escola.

Os educadores obtiveram um aprendizado especial com esse modo de participação, extraíndo de tal experiência subsídios importantes para atribuir ao Projeto Pedagógico um caráter dinâmico. Deste modo, a Política Educacional veio atendendo com coerência aos anseios da população. Algumas dessas experiências de participação se destacaram, pelo fato de articularem a Educação com uma política de governo para toda a cidade e também pelo fato de consolidarem internamente formas próprias de gestão e deliberação, ampliando as possibilidades de envolvimento dos educadores e da comunidade. Estas experiências foram possíveis na realização da Primeira e da segunda Conferência da Cidade “Rio claro – Cidade Viva “, com o processo do Orçamento Participativo, com a consolidação das Associações de Pais e Mestres e Conselhos de Escola.

Muitas ações confirmam as possibilidades de inovação nos serviços públicos que tornam a democracia uma realidade nesta cidade. O leque de ações da Secretaria Municipal da Educação é amplo. A enumeração das ações colocadas em destaque no Relatório de Atividades do ano de 2003 denota o dinamismo e a criatividade de todos os educadores:

*A consolidação da reforma do Estatuto do Magistério.*

*A democratização do acesso às escolas, com a construção de prédios e o intenso trabalho pedagógico para garantir a permanência dos educandos na escola.*

*Implantação dos Conselhos de Escolas.*

*Programa do Centro de aperfeiçoamento Pedagógico com a oferta permanente de cursos, oficinas, palestras, encontros, para a formação dos profissionais da Educação.*

*A promoção de intercâmbio com especialistas da área da Educação e o estímulo para estabelecimento de contatos com profissionais de outros Municípios.*

*A participação de representantes da Secretaria da Educação em organismos, reuniões, encontros, grupos de trabalho atuantes em âmbito regional, estadual, nacional e internacional.*

*Fortalecimento da autonomia das unidades educacionais.*

*Apoio à organização das Associações de Pais e Mestres.*

*A elaboração permanente do Projeto Pedagógico em cada unidade escolar.*

*A atuação das Coordenadorias específicas para a Educação Infantil, para o ensino Fundamental, para a Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e para a Educação ambiental.*

*O processo organizativo do Conselho Escolar.*

*O processo organizativo do conselho Gestor do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.*

*O programa de ação do Projeto de Educação Ambiental.*

*A introdução de passes escolares no transporte escolar.*

*A consolidação do novo modelo de organograma/fluxograma da Secretaria Municipal da Educação.*

*O início do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação.*

*Encaminhamento à Câmara Municipal de projeto de lei que cria o Sistema Municipal de Ensino.*

*A continuidade do processo de construção da própria Rede de Ensino Fundamental ao invés da municipalização do ensino proposta pela Secretaria Estadual de Educação.*

*A dinamização do Conselho Municipal de Educação.*

*A implantação do Programa Bolsa-Escola com a organização da Comissão de Acompanhamento.*

*Início do processo de organização do Sistema Municipal de Avaliação.*

*Oferta de curso superior de Pedagogia aos professores não portadores desse curso.*

*A presença de coordenadores pedagógicos nas unidades educacionais.*

*Articulação da Secretaria Municipal da Educação com os movimentos pedagógicos e com instituições educacionais em âmbito estadual, nacional e internacional.*

*Estar presente na União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, na Rede de Mercocidades – Unidade Temática Educação, no Programa de Escolas Associadas da UNESCO e no projeto “Ler e Compreender a Cidade”, da Associação Internacional de Cidades Educadoras.*

*Participação em projetos intersecretariais e nas diversas Comissões Municipais. Realização de reuniões semanais com a participação de todos os integrantes do Departamento de Educação da Secretaria Municipal da Educação.*

*Participação da Secretaria Municipal da Educação nos diversos Conselhos Municipais.*

*Elaboração de boletins informativos que são distribuídos a toda a rede Municipal de Ensino.*

Em todas estas ações estão presentes aspectos ou temas propostos no programa de governo da Frente do Cidadão de Rio Claro, confirmando o quanto a Secretaria Municipal da Educação se orienta pelo projeto político elaborado para a cidade em sua amplitude. Há, nestas ações, articulações entre os três elementos sustentadores da dinâmica do processo educacional: o educador, que orienta sua ação por um Projeto Pedagógico; o educando, que encontra o ambiente favorável ao desenvolvimento de seu potencial; e a escola, enquanto um local especial para sustentar a educação a serviço da vida.

### **3 – ORGANOGRAMA E FLUXOGRAMA DA SECRETARIA**

A agilidade da Secretaria Municipal da Educação observada no desempenho de suas ações está vinculada à consolidação de seu organograma administrativo. A Secretaria planeja sua ação em três Departamentos:

- *Departamento Pedagógico* – “responsável pelo referencial teórico de nossa ação educativa, o que dá sentido e orienta nossa práxis. Portanto, ocupa-se das ações pedagógicas desenvolvidas nas unidades educacionais municipais, estabelecendo continuidade e coerência nas políticas de atendimento ao aluno nos diferentes níveis e modalidades de ensino”.

Este Departamento descentralizou suas ações com as seguintes coordenadorias:

- Coordenadoria de Educação Infantil;
- Coordenadoria de Ensino Fundamental;
- Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos;
- Coordenadoria de Educação Especial;
- Coordenadoria de Educação Ambiental;
- Coordenadoria de Projetos Especiais.

As ações planejadas para a área da formação continuada de educadores são realizadas pelo Centro de Aperfeiçoamento Pedagógicos;

- *Departamento Administrativo* – “responsabiliza-se pelas ações de suporte ao funcionamento da própria Secretaria e da Rede Municipal de Ensino, atendendo às necessidades na parte logística, tais como: Recursos Humanos, Transporte de Alunos, Construção e Reforma de Prédios, Aquisição de Equipamentos, Material de Limpeza, Material Escolar, Levantamento de Patrimônio, dentre outros “;

- *Departamento de Merenda Escolar* – “que administra o Programa de Merenda Escolar, atende a alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental, das Redes Municipal e Estadual, bem como alunos que integram diversos projetos e entidades filantrópicas, fornecendo gêneros alimentícios e mão-de-obra específica a fim de atenderem ao Programa “.

A Coordenadoria de Projetos Especiais teve uma experiência de ação articulada com os outros Departamentos. De acordo com a natureza específica de cada projeto em , pauta, o coordenador transitou pelos Departamentos, pelas Coordenadorias e, até mesmo, pelas outras Secretarias Municipais, buscando informações e consolidando o apoio necessário à execução. A localização desta Coordenadoria no Departamento

Pedagógico, e não no Departamento Administrativo, garante que as decisões e orientações de suas ações não se distanciem das prioridades educacionais.

Com a aplicação deste organograma veio sendo implementado maio um modelo de administração descentralizado, com as responsabilidades melhor distribuídas e com o planejamento das ações, definidas com maior precisão, em função do eixo temático, dos princípios e dos compromissos assumidos no Projeto Pedagógico.

As Coordenadorias foram responsáveis pela ampliação e pelo aprofundamento da participação do âmbito interno da Administração, fazendo com que a presença da Secretaria da Educação, em cada escola, ganhasse maior dinamismo. As ações das Coordenadorias são planejadas e avaliadas permanentemente, de tal modo que possam acompanhar o movimento do cotidiano sem se deixarem perder no fluxo das demandas. Esta proximidade dinâmica com o cotidiano e com o contexto das escolas resulta em mais acerto na elaboração permanente do Projeto Pedagógico e na organização do processo educacional.

O Estatuto do Magistério foi discutido amplamente entre professoras e professores da Rede Municipal de Ensino, passando por diversas reformulações, atualizando-se em suas relações com seu tempo e seu contexto. Através destes trabalhos os educadores conquistaram maior apoio no campo jurídico e maior tranquilidade na realização profissional.

A realização de concurso para o funcionalismo público permitiu a efetivação de outros profissionais da escola. Esta situação profissional resulta em maior tranquilidade para todos. Um desdobramento específico de ação para o contexto escolar refere-se à possibilidade de organizar equipes educacionais com maior estabilidade, sem haver tanta rotatividade de pessoal, como é costume acontecer nas Redes Municipais de Ensino. O respaldo jurídico está na base do empenho de valorização do servidor público.

#### **4 – EDUCAÇÃO INFANTIL**

A Rede Municipal de Ensino de Rio Claro acumulou larga experiência na Educação Infantil e alcançou um nível de qualidade que lhe proporcionou reconhecimento na cidade e na região. A qualidade deste trabalho sustenta-se por educadores dedicados ao cuidado da criança e comprometidos com ela.

As ações desenvolvidas pelas escolas no âmbito da Educação Infantil passaram por alterações profundas no decorrer destes anos. Todos *os Relatórios de Atividades* da Secretaria Municipal da Educação vêm mostrando novos aspectos, a cada ano, reveladores de uma ação educacional feita de experiências e reflexões. Um destes aspectos é a concepção de infância, que veio mudando. Há o reconhecimento das características especiais da criança em seus esforços de descobrimento de si, do outro e do mundo. O universo infantil compõe-se com seus elementos próprios vinculados a uma etapa da vida. A Educação Infantil contribuiu com o reconhecimento da infância fazendo com que as famílias e as comunidades se comprometessem em seus cuidados. Mas há também uma criança que sai deste campo generalizado enquanto faixa etária, que ganha aspectos peculiares em cada cultura. A preocupação com o conhecimento desta criança real está presente nas orientações e nos relatos dos educadores.

O educador também veio se modificando. Ele se percebeu como alguém que constitui seu papel e sua função na relação com a criança. Os Relatórios de Atividades demonstraram que estes educadores se fizeram especialistas na Educação Infantil muito mais no contato com a criança real do que com as teorias sobre a infância. Isto não quer dizer que a reflexão tenha sido descuidada. Os educadores sempre demonstraram muito

interesse em investir na própria formação e se tornar mais habilitados no acompanhamento e no cuidado das crianças.

A concepção do processo educacional veio se fortalecendo com a ênfase no brincar e no brinquedo, no desenvolvimento e na realização da infância. A Rede Municipal de Educação enriqueceu-se com muitas experiências marcadas pela criatividade dos educadores. São tantas as experiências criativas que acontecem no interior das escolas, que a própria Secretaria Municipal da Educação não consegue acompanhar e aproveitar, para a partilha entre todos os educadores. As mudanças na concepção reforçaram a importância de conferir maior dinamismo na organização da escola e mais vida nas instituições educacionais. Os educadores estão convencidos de que esta instituição responsável pela Educação Infantil deve ser diferente, deve garantir suas peculiaridades que favorecem o desenvolvimento da criança.

“A proposta pedagógica da escola é que deverá refletir a tomada de consciência de todos, quanto aos fins e objetivos do seu trabalho e como organizar as atividades para cumpri-los. Certamente o foco será a aprendizagem significativa através da metodologia de jogos, brincadeiras, contextualizando com a vida no mundo que cerca a escola e as famílias, adequando as atividades à faixa etária dos pequenos. Porém a escola não se esquecerá também de atender às necessidades da criança quanto ao seu ritmo de vida, aos problemas de higiene, alimentação e sono “ ( Relatório de Atividades da secretaria Municipal da Educação – 2003 ).

A criança não é uma entidade abstrata, um ser idealizado. Ela está presente na unidade educacional, desafiando o educador, a escola, a família e a comunidade. A experiência acumulada dos educadores no período anterior a 1997 ofereceu bases sólidas para que esta concepção de infância se deixasse atravessar pelos elementos presentes na cultura da comunidade local.

## **5. O PROJETO PEDAGÓGICO**

O compromisso com a criança em primeiro lugar marca uma diferença na formulação do Projeto Pedagógico para a Educação Infantil. As preocupações de cunho pedagógico encontraram-se com a compreensão dos direitos da criança, realizando no cotidiano a articulação do campo educacional com o jurídico, que veio sendo inovado em todo o País.

“Em conseqüência das aceleradas transformações por que vem passando a sociedade, a Educação Infantil tem-se visto com um novo papel, que é o de aglutinadora das relações sociais antes cumpridas pelas famílias, que eram o centro de informações para a criança, com a presença permanente da mãe, uma orientadora das ações. Sendo assim,. Os seus objetivos têm-se transformado. Ela, a que antes era destinada a transmissão de conhecimentos básicos e introdutórios sobre artes, música, letras, danças, jogos, brincadeiras, hoje deve se preocupar com a transformação de um mapa de direitos da infância, cada vez mais preciso e comprometedor, participando nos debates com as famílias sobre a educação de seus filhos, fazendo valer os direitos da criança e levando aos pais o conhecimento sobre o que é ser criança.” ( *Relatório de Atividades da Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro – 2003* ).

A seriedade do trabalho realizado no âmbito da Educação Infantil reflete em alterações da relação da escola com a família e nas relações da escola com a comunidade e com a cidade. O respeito ao mundo infantil se consolida, fortalecendo o compromisso de toda a cidade com a criança.

Os educadores vieram acumulando um aprendizado a respeito de temas do processo educacional através dos vínculos construídos com as crianças. Os vínculos vêm-se ampliando a ponto de provocarem uma tensão entre o dinamismo da ação

educacional e a estrutura escolar ainda resistente a uma concepção educacional que coloca o *brincar e o brincar* com seu tema central. Conflitos entre educadores e as estruturas escolares vêm acontecendo.

“Na necessidade de situações que se apresentam para os educadores da infância reside a riqueza do trabalho, e algumas escolas têm-se empenhado em cumprir todos os compromissos nesse sentido pedagógico, porém, ainda há necessidade de muito trabalho de formação, pois a Educação tem um dinamismo que percorre todas as esferas de conhecimento. Os educadores da infância, a quem deveria ser proporcionada a melhor formação, ainda são, na maioria, aqueles que pouca oportunidade tiveram de conduzir sua formação para níveis mais elevados. Precisamos, para ensinar nessa faixa etária, de professores dispostos a repensar a sua própria identidade e a história coletiva que vai sendo construída. Alguns trabalhos têm sido realizados dentro de parte de algumas escolas. Ainda é frágil o que vem se construindo. Qualquer ventania mais forte poderá derrubá-los. Professores mais ousados encontram barreiras dentro da própria instituição, se sentem rejeitados num processo exclusivo doloroso para quem acredita que pode fazer a diferença. Necessária seria uma reforma total. Será isso possível?” (*Relatório de Atividades da Secretaria Municipal da Educação de Rio Claro – 2003*).

Esta tensão manifestada no *Relatório de Atividades* do ano de 2003 demonstra o quanto as ações da Educação Infantil têm sido intensas. Há uma percepção de que a realidade mesma desafia as estruturas educacionais para as inovações necessárias no acompanhamento de tantas mudanças sociais.

## **6. O ENSINO FUNDAMENTAL**

Em qualquer avaliação sobre as ações realizadas no Ensino Fundamental a partir de 1997 ressalta-se, à primeira vista, a ampliação das vagas, com a criação da rede própria nesta modalidade, com a construção de novas escolas e classes. Os dados estatísticos comprovam, neste setor, a realização efetiva da democratização do acesso do educando à escola.

A comunidade vem reconhecendo a qualidade deste ensino a cada ano que passa. A procura de vagas nas escolas municipais tem sido maior em relação às escolas estaduais. Os próprios pais declaram como motivo desta procura a qualidade no atendimento da criança em nossas escolas municipais.

A Coordenadoria do Ensino Fundamental tem-se preocupado com a passagem da criança entre a Educação Infantil e a 1ª. série, bem como com a passagem efetuada entre os ciclos. Esta organização dos ciclos foi uma experiência inovadora para Rio Claro. Além da organização da estrutura e do funcionamento do ensino pelo modalidade dos ciclos, destaca-se o trabalhos das coordenadorias pedagógicas. A organização dos ciclos articulada com a ação das coordenadorias pedagógicas permitiu o trabalho mais efetivo com o currículo das escolas, com a atividade de ensinar e com a real aprendizagem do educando. Com estas alterações, o Ensino Fundamental veio melhorando a qualidade e atingindo o mesmo grau de seriedade acumulado na história da Educação Infantil.

O planejamento e a distribuição da demanda por vagas têm sido feitos em articulação com a Secretaria Estadual de Educação, por meio da equipe da Diretoria Regional de Ensino. Com esta mesma Diretoria a Secretaria Municipal da Educação participa do Programa Nacional do livro Didático.

Algumas parcerias têm sido feitas com o Governo Federal através da participação no Programa Bolsa-Escola e no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

O Programa de governo da Frente do Cidadão de Rio Claro se opôs à municipalização do Ensino Fundamental nos moldes que estavam sendo propostos pelo Governo Estadual na ocasião em que assumiu a administração da cidade. Esta opção encontrou resistências e manifestação de muita ansiedade entre os educadores, tanto os da Rede Municipal quanto os da Rede Estadual. O Governo Municipal optou por criar uma rede própria nesta modalidade de ensino. Gradualmente esta escolha veio acontecendo. Agora, há tempo suficiente para avaliar esta escolha e recolher as aprendizagens propiciadas por este procedimento. O ano de 2004 é oportuno, enquanto momento político diferenciado, para promover amplo debate sobre estas experiências incluindo momentos de comparação entre os Municípios da Região.

O Ensino Fundamental em Rio Claro foi um campo rico de experiência para refletir sobre as possibilidades da implantação da Escola de Tempo Integral. Este tema ocupará muitos educadores do País durante os próximos anos. A experiência de Rio Claro ocorreu através da Escola Agrícola, que comporta classes de 5<sup>a</sup>. a 8<sup>a</sup>. séries em tempo integral. Há também o projeto Presença Esperança, que no ano de 2003 ofereceu 32 classes para o atendimento de crianças no período diferente do que elas estavam na escola. Estas experiências podem ser analisadas e debatidas sob este enfoque das possibilidades de implantação de uma Escola de Tempo Integral. Há muita procura dos pais por estas classes do Projeto Presença Esperança, onde as crianças realizam diversas atividades, desde o reforço escolar às atividades de cultura, arte e esporte.

## **7. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A Secretaria Municipal da Educação veio ampliando desde 1997 as vagas nesta modalidade de ensino. Os dados estatísticos confirmam todo o esforço pela democratização do acesso e da permanência do educando que não pôde frequentar o ensino regular na infância e na adolescência.

“Informamos que, durante este ano, oferecemos atendimento a 2 845 (dois mil, oitocentos e quarenta e cinco) alunos, nos 19 (dezenove) pólos, sendo 564 (sessenta e quatro) classes de EJA I (1<sup>a</sup>. à 4<sup>a</sup>. série) e 49 (quarenta e nove) classes de EJA II (5<sup>a</sup>. à 8<sup>a</sup>. série), obtendo aproximadamente 230 (duzentos e trinta) formandos de EJA I e 340 (trezentos e quarenta) de EJA II” (*Relatório de Atividades da Secretaria Municipal da Educação – 2003*).

Esta ampliação de classes e vagas teve apoio na reestruturação da gestão, com a criação dos cargos de coordenadores pedagógicos e com a contratação de mais professores.

“A Coordenadoria conta com 12(doze) Coordenadores Pedagógicos, 34 (trinta e quatro) Educadores de EJA I e 39 (trinta e nove) de EJA II.” (*Relatório de Atividades da Secretaria Municipal da Educação – 2003*).

Esta modalidade de ensino melhorou na qualidade do serviço com os investimentos realizados na formação dos educadores.

“Priorizando uma Educação de qualidade aos nossos educandos, a Secretaria Municipal da Educação, através desta Coordenadoria, promoveu vários momentos de formação aos educadores através de simpósios, palestras, reuniões pedagógicas, trocas de experiências entre os educadores, participação na coordenação e plenárias do Fórum Estadual, Encontro Nacional em Cuiabá/ MT, além de realizar o II Encontro Municipal de Educação de Jovens e Adultos.” (*Relatório de Atividades da Secretaria Municipal da Educação – 2003*).

Com toda esta organização, é possível constatar a consolidação da Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino, enquanto uma conquista geral, bem

como no interior de cada escola especificamente, enquanto aprendizado de toda equipe educacional.

A qualidade da experiência realizada nesta esfera dá aos educadores maior competência para responderem aos novos desafios aí percebidos. Um deles refere-se ao tema do “currículo” apropriado à Educação de Jovens e Adultos, concebido de tal modo que possa acompanhar o ritmo da vida no meio urbano. O currículo não pode ser organizado como uma compilação daquilo que é oferecido no ensino regular. Novos conteúdos precisam ser propostos para que este educando possa ter acesso ao conhecimento disponível na sociedade. A Educação de Jovens e Adultos também deve proporcionar a ampliação do repertório de signos para que os educandos possam ressignificar seus modos e suas escolhas frente à própria existência.

A articulação dos espaços educacionais oferecidos pela escola com os espaços culturais proporcionados pela cidade pode colaborar nos esforços de organização de um novo currículo. A Rede Municipal de Rio Claro já tem experiência na articulação entre estes espaços. Muitas contribuições podem ser extraídas da aprendizagem proporcionada por esta experiência.

A metodologia de ensino também é desafiada à inovação. Os encontros de formação ofereceram aos educadores oportunidades para a partilha de suas experiências com seus colegas. Estes momentos podem ser mais explorados enquanto campo de formulação inovadora para a área do currículo e da metodologia apropriada à Educação de Jovens e Adultos.

A Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos esteve atenta às passagens feitas pelo educando entre o Ciclo I e o Ciclo II, envolvendo os educadores no esforço de melhorar o atendimento neste momento. Há explícita preocupação com o incentivo do educando para dar continuidade aos seus estudos após o Ciclo II. No decorrer destes anos de governo a Secretaria Municipal da Educação demandou ao Governo do Estado, em diversas ocasiões, a ampliação de vagas para a Educação de Jovens e Adultos correspondente ao Ensino Médio.

Essa modalidade de ensino permite ampliar a articulação da escola com a comunidade local em novas perspectivas. A comunidade, dispondo de mais este serviço oferecido pela Prefeitura, pode ser estimulada a assumir a escola pública como sua. Os educadores têm a responsabilidade de auxiliar a comunidade no desenvolvimento das habilidades necessárias para a fiscalização do Estado, enquanto poder local, no cumprimento de suas funções. A qualidade das relações entre comunidade e escola pode ser alterada com as experiências realizadas pela Educação de Jovens e Adultos.

## **8- CURSOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO BÁSICA**

A Secretaria Municipal da Educação vem oferecendo Cursos de Profissionalização nas seguintes áreas: Datilografia, Corte e Costura, Tricô e Crochê, Artesanato. Uma revisão destas modalidades de cursos deve ser feita, com a perspectiva de atualização e de articulação com o programa de desenvolvimento da cidade.

No ano 2003 estes cursos tiveram a frequência de 454 alunos das comunidades onde as escolas ou os pólos estão inseridos. Esta modalidade de ensino pode ser vinculada ao Projeto Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos ou ao projeto das escolas. O reconhecimento da comunidade diante deste serviço pode fortalecer seu compromisso com a escola pública. Os programas de ensino extracurriculares oferecidos pela escola em determinado bairro aprimoram a qualidade da relação com a comunidade, possibilitando um salto enquanto Projeto Pedagógico e Político a serviço dos setores populares.

Os programas destes cursos devem ser avaliados em seus conteúdos e em sua metodologia. O acompanhamento dos educadores e o investimento em formação continuada não aparecem como atividades assumidas pelo Centro de Aperfeiçoamento Pedagógico ou pela Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos. Este fato nos permite perguntar pelo sentido da oferta deste ensino dentro do Projeto Pedagógico de uma “Educação Servindo à Vida”. As características destes cursos acumuladas no decorrer dos anos reforçam a importância de discutir a oferta pela Secretaria da Educação. Talvez eles possam cumprir melhor uma função de ampliação de possibilidades na geração de renda se localizados de modo mais coerente nos programas da Secretaria de Ação Social.

## **9- EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A Educação organizada para o atendimento das crianças portadoras de necessidades especiais está realizando de fato a inclusão no ensino regular. Este serviço educacional passou por profundas mudanças e ganhou em qualidade, ano a ano, desde 1997. Com a criação da Coordenadoria encarregada deste setor o trabalho veio sendo aprimorado, mais oportunidades de formação continuada foram oferecidas aos educadores e as escolas foram acompanhadas com maior proximidade. As parcerias com a Secretaria da Saúde e outras Secretarias, bem como com as instituições da sociedade especializadas neste tipo de atendimento, se fazem cada vez mais necessárias para alcançar a eficácia deste trabalho. Entre todas as parcerias, merece maior destaque a que vem ocorrendo com a Secretaria Municipal da Saúde. Os desafios encontrados na Educação Especial nos sugerem uma análise sobre as relações entre estas duas Secretarias especificamente, para avaliarmos o quanto nossa ação responde, de fato, à complexidade exigida no atendimento do educando portador de necessidades especiais.

A criação de um Grupo de Estudos nesta área confirma o empenho dos educadores em seu aprimoramento profissional. A inclusão da criança e do adolescente portadores de necessidades especiais vem acontecendo através da organização de um amplo plano de ação. Este setor foi um dos que mais se desenvolveu nestes anos, se compararmos com o estado em que se encontrava no ano de 1997. Os investimentos na área da formação dos educadores foram intensos. As relações institucionais com as entidades parceiras se aprimoraram. O trabalho de inclusão dos educandos portadores de necessidades especiais começou a acontecer de fato na Rede Municipal de Ensino.

Atualmente os cuidados das escolas municipais se destacam na cidade em comparação com o modo como este tema vem sendo tratado pelas escolas da Rede Estadual. Este fato fortalece ainda mais o reconhecimento da comunidade diante do sério trabalho realizado pela Secretaria Municipal da Educação.

## **10. EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

A Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino evoluiu com dinamismo desde 1997, ocasião em que era realizada sob a modalidade de um projeto-piloto. Com o seu desenvolvimento, ela se implantou com a criação de uma Coordenadoria e um plano de ação responsável por articular a Educação formal com programas informais, as escolas entre si, a Secretaria Municipal da Educação com outras Secretarias.

O conteúdo desenvolvido em seus programas veio se ampliando em debate de temas relacionados com a preservação do meio ambiente. A promoção de atividades nas escolas expõe a criatividade dos educadores neste setor. Há que reconhecer o acúmulo de reflexão e experiências ocorridos a partir de 1997.

Se pensarmos os conteúdos da Educação Ambiental ao lado do projeto político do Governo para construir uma “Cidade Viva” para todos, novos desafios podem ser

identificados. O sentido destes conteúdos também pode ser confrontado com o Projeto Pedagógico da “Educação Servindo à Vida”. A partir destas reflexões, a concepção de “ambiente” pode se ampliar. O processo educacional pode proporcionar uma articulação do ambiente compreendido como Natureza com outros dois ambientes tão carentes de defesa como são a vida grupal e a subjetividade. Um novo salto se realizará no que se refere à compreensão política do papel da Educação Ambiental na cidade.

No aprendizado acumulado pelos educadores na área da Educação Ambiental ressalta a eficácia alcançada pelos programas ao articularem a escola com o bairro e com a cidade. A Rede Municipal de Ensino cumpriu um papel político imprescindível, ao sustentar reflexões e ao promover debates sobre o meio ambiente real capaz de sustentar uma “Cidade Viva”.

A área da Educação Ambiental também passou por inovações, ampliou o leque de trabalho, consolidou-se nas relações com as redes regionais, estadual, nacional e internacional. A participação da Coordenadoria de Educação Ambiental nestas redes coloca a cidade de Rio Claro em posição de destaque diante de outros Municípios. O envolvimento tem sido intenso no decorrer destes anos.

Por outro lado, todo este intenso investimento em recursos nestas relações regionais, junto com a cooperação dinâmica nas entidades dedicadas ao tema, nos faz olhar para o campo interno. Precisamos refletir sobre os desdobramentos, enquanto efeitos e resultados, promovidos no interior das escolas. A atenção poderá se voltar para as possíveis conexões da Educação Ambiental com os componentes curriculares ensinados nas salas-de-aula e com a prática da Educação Ambiental no universo próprio da escola. Dado o fato de os trabalhos de intercâmbio externo terem adquirido maior relevância e muito reconhecimento, a ação educacional específica realizada nas salas-de-aula ficou enfraquecida. Portanto, a Educação Ambiental, com a experiência acumulada nestes anos, terá boas condições de propor ações para responder aos desafios apresentados pelas escolas.

## **11. CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO PEDAGÓGICO (CAP)**

A formação continuada foi um dos setores onde as mudanças se fizeram mais visíveis na Rede Municipal de Ensino. O Centro de Aperfeiçoamento Pedagógico foi organizado e veio se consolidando no decorrer dos anos através de seu programa de ação. Os dados estatísticos, apresentados em todos os Relatórios de Atividades Anuais, oferecem números que confirmam o dinamismo e a criatividade do setor.

*O Relatório de Atividades da Secretaria Municipal da Educação de 2002 destaca o trabalho desenvolvido pelo CAP em sintonia com toda a Rede de Ensino:*

“Refletindo sobre a Política de Formação Continuada desenvolvida pelo CAP, desde 1998 até a presente data, podemos afirmar que as experiências vividas nos Encontros de Formação contam essa história. A partir deles foi possível identificar a riqueza de ações significativas de aprendizagem que florescem nas salas-de-aula das unidades educacionais.

Constatamos, com alegria, os processos e o sentimento da necessidade de renovar, inovar, recriar práticas pedagógicas que estão sendo gestadas.

O CAP, através de suas programações, acredita que encontrou eco junto aos educadores, contribuindo para uma prática renovada, abrindo um canal de diálogo, para em parceria construirmos um Projeto Político de Formação Continuada que atenda às reais necessidades da Rede Municipal de Ensino.”

No ano de 2003 pôde-se constatar a eficácia do Centro de Aperfeiçoamento Pedagógico através da sua articulação com as Coordenadorias, no âmbito interno da Secretaria da Educação, e com as Coordenadorias, Pedagógicas, no acompanhamento

do cotidiano das escolas. Esta capacidade articuladora proporcionou ao CAP melhores condições na oferta de apoio para o processo educacional.

O programa de cursos oferecido fomentou uma nova relação com o Projeto Pedagógico de cada escola, que entrou em um ritmo de elaboração permanente, com os educadores cada vez mais sensíveis às demandas geradas no contexto social.

O plano de ação do CAP pôde ser consolidado nas experiências acumuladas com as ofertas dos cursos, dos treinamentos, dos momentos de partilha de experiências, dos intercâmbios e dos debates. A variedade de atividades de formação permitiu o envolvimento de todos os profissionais da Educação. A cada ano vem aumentando a oferta de oportunidades de formação continuada, assim como vem aumentando também a variedade de temas em estudo. Isto demonstra o quanto o CAP tem conseguido acompanhar as demandas indicadas pelas articulações entre realidade escolar e processo educacional.

O CAP pôde recolher as aprendizagens propiciadas pelas participações em congressos e viagens realizadas pelos educadores. As reflexões produzidas nestas instâncias podem voltar para a própria rede de ensino, estimulando os educadores em suas práticas educacionais ou a avaliação permanente.

Os programas de formação do CAP produziram efeitos sobre as instâncias de reflexão estabelecidas no cotidiano da escola, como ocorre com as Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPCs). Esta articulação entre o Programa de Formação Continuada e a reflexão sobre as práticas educacionais no cotidiano das escolas pode ser fortalecida e ampliada.

Dois frentes de trabalho abrem nesta perspectiva de ampliar as articulações do CAP com o cotidiano das escolas. A primeira refere-se à articulações do CAP com o cotidiano das escolas. A primeira refere-se à esfera da gestão escolar. Em geral, os programas de formação abordam os conteúdos que incidem sobre a formação individual do educador, sobre o currículo, sobre a metodologia de ensino, sobre a compreensão do educando e de seu contexto. Têm sido raras as experiências que desenvolvem modalidades de organização da equipe educacional. Uma escola pode ter educadores dedicados e competentes, uma estrutura eficiente e um Projeto Pedagógico de qualidade, mas, se não tiver uma equipe educacional bem constituída, ela dificilmente obterá eficácia em sua ação. O CAP poderia concentrar esforços em programas de formação de equipes sustentados por uma prática de acompanhamento das mesmas no contexto real de cada escola.

Os conteúdos dos programas podem ser gerados nos exercícios de análise das práticas dos educadores como uma tentativa de alcançar uma reflexão implicada com o corpo, pois este é o território de realização da vida. Uma formação repensada nestes moldes propicia o estudo da cultura local, a compreensão do educando real, o registro da história de educadores e das escolas. Uma formação que implica o corpo não leva a uma relação de neutralidade entre o educador e a ciência, como se o conteúdo fosse apenas uma idéia que circula pelo nosso cérebro. A formação pensada deste outro modo leva o educador a se implicar com os seus afetos naquilo que pensa, que escuta e que fala.

O CAP tem sabido aproveitar os recursos disponibilizados pela cidade, como vem ocorrendo nas relações entre a Rede Municipal de Ensino e a Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Rio Claro. A participação da UNESP em programas de formação ampliou-se a cada ano, nas mais diversas modalidades. Uma das formas mais recentes foi a oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia para 129 professores. O CAP deverá fazer uma avaliação deste curso durante todo o ano de 2004.

O Programa de Formação Continuada foi farto em oferta de temas para os professores. O mesmo dinamismo já está atingindo os programas de formação para os outros profissionais que atuam na escola, o que vem favorecendo a passagem da condição de funcionários para o papel de educadores.

Em uma análise geral da evolução do CAP, devemos destacar o quanto a realização do Projeto de Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), através da parceira UNESP/Prefeitura Municipal de Rio Claro, propiciou um estudo aprofundado sobre a função do CAP e sobre seu perfil para a realidade desta Rede de Ensino. O Projeto da FAPESP foi realizado sob a modalidade de pesquisa e de elaboração de uma proposta de formação continuada. Esta pesquisa acarretou o envolvimento de muitos educadores na discussão dos temas mais necessários para a formação e das modalidades mais adequadas para a execução.

Merece destaque também o trabalho de formação implementado junto aos diretores de escolas, possibilitando a reflexão sobre suas práticas na área da gestão educacional. O papel estratégico que estes profissionais ocupam na escola pode ter acarretado a construção de um ambiente mais favorável para o desenvolvimento da reflexão sobre as práticas dos educadores. A cada ano constata-se o crescimento de participantes nos Programas de Formação Continuada. Enfim, o CAP afirmou sua função e seu perfil, garantindo a realização de um debate permanente sobre os temas indicados no processo educacional em acontecimento nas escolas.

## **12.OS SETORES DE APOIO**

A estrutura administrativa da Secretaria Municipal da Educação ganhou agilidade, se observarmos seu desempenho desde 1997. O dinamismo e a criatividade alcançados nos processos educacionais apóiam-se na eficácia dos setores de apoio à escola.

A Coordenadoria de Projetos Especiais veio trabalhando para ampliar os recursos, as parcerias com outras instâncias de governo, as parcerias com ONGs e outras parcerias de âmbito internacional.

O transporte escolar atende com eficácia à necessidade dos educandos. Os Relatórios de Atividades não demonstram se há algum trabalho da Secretaria da Educação para fazer a cidade tomar conhecimento da dimensão deste serviço, seu custo e a qualidade com que vem sendo oferecido neste Governo. Os esforços implementados para a diminuição do custo de transporte, ao mesmo tempo em que ampliam este serviço, ficam restritos às informações internas ao Governo.

O serviço de compras de material e distribuição para as escolas veio melhorando a cada ano na agilidade do atendimento. Aqui, há que destacar, em primeiro lugar, o fato de estas compras serem de fato realizadas. Era muito comum uma escola ter que lançar mão de algum dinheiro conseguido nas promoções realizadas pela Associação de pais e Mestres com o objetivo de comprar material necessário para fazer a limpeza ou para o abastecimento de material didático. Em segundo lugar, merece destaque o esforço do setor de compras em conseguir melhorar a qualidade dos materiais, observando rigorosamente a legislação que estabelece as normas para licitação das compras. Este esforço resultou em aprendizagem dos profissionais responsáveis. Isto, que foi aprendido em um árduo trabalho, não pode ser perdido.

A administração financeira vem sendo feita com rigor e transparência. O setor de finanças da Secretaria Municipal de Educação poderia desenvolver novas experiências nos momentos de participação dos educadores nas assembleias do Orçamento Participativo. Não se trata somente de deliberações sobre a aplicação dos recursos da

cidade na Educação. Pode ampliar o debate, apresentando para o público o modo como vem sendo usado o dinheiro destinado à Educação.

As escolas do Ensino Fundamental tiveram a experiência de administrar recursos originados do Programa Conta-Escola, do Governo Federal. Esta experiência pôde propiciar o exercício de maior autonomia e descentralização financeira. Ela poderia ser ampliada para as unidades educacionais da Educação Infantil, com a criação de um Programa Conta-Escola do Governo Municipal, de tal modo que muitos serviços de pequenas compras e distribuição, atualmente assumidos pela Secretaria da Educação, possam ser realizados pela própria escola.

O setor de apoio aprimorou, no decorrer destes anos, muitas habilidades no acompanhamento das obras relacionadas à reforma e construção de escolas. Há um trabalho de observação rigorosa das normas de construção, orientadas por princípios que visam a garantir a segurança dos profissionais da Educação. Os profissionais do setor de apoio fazem a revisão das normas junto com a Engenharia do Trabalho. Pois em períodos anteriores a esta gestão foram construídas escolas cuja estrutura não oferece a segurança necessária à saúde dos educadores –como é o caso, por exemplo, do excesso de ruído, que acaba causando problemas auditivos.

### **13.A MERENDA ESCOLAR**

A Merenda Escolar veio se organizando desde 1997 e alcançou agilidade no atendimento das escolas, tanto no serviço de planejamento, no acompanhamento dos funcionários encarregados de preparar a merenda, quanto no serviço de distribuição. O Programa de Alimentação vem-se orientando cada vez mais pelo Projeto Pedagógico. Foram feitos esforços para que a escola assuma a reeducação alimentar dos educandos, incentivando uma alimentação mais saudável.

O Programa de Alimentação pode ampliar a dimensão de suas experiências, vinculando-se aos Programas de Formação desenvolvidos pelo CAP. Os componentes curriculares podem se envolver com este Programa e realizar novas experiências em cada escola.

A qualidade do serviço da Merenda Escolar passou por profundas alterações desde o ano 1997, através do treinamento constante dos profissionais, para adquirirem conhecimento sobre as normas de segurança e higiene no trabalho. Todos os funcionários passaram a utilizar os equipamentos exigidos pelas normas de segurança, tais como uniformes, máscaras, proteção para os cabelos. A higiene veio se aprimorando e as normas de limpeza foram cumpridas plenamente.

A partir de uma preocupação com o Projeto pedagógico e com a melhor articulação entre a Merenda Escolar e o processo educacional, neste ano poderia ser discutida a possibilidade de voltar a implantar nas escolas os Exames Biométricos das crianças, como uma forma de acompanhamento do crescimento delas. Estes exames, além de beneficiar as crianças, podem oferecer novos dados para o trabalho de aprimoramento da merenda.

A qualidade da Merenda Escolar melhorou muito nestes anos. Com a maior organização do Setor de Planejamento, foi possível fazer a análise nutricional e a elaboração do cardápio com maior coerência com os propósitos educacionais.

### **14. OUTRA CULTURA POLÍTICA NA CIDADE**

A Administração Municipal, com o governo da Frente do Cidadão de Rio Claro, acumulou conquistas e mudanças na esfera da Educação. Quando esta equipe assumiu o Governo a cidade parecia estar desligada da Região, do País e do mundo. O Governo Federal já havia promulgado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a

Secretaria Municipal da Educação não possui um exemplar da lei. O Estatuto do Magistério não havia sido atualizado. Os educadores de Rio Claro raramente viajavam para participar de congressos educacionais.

A equipe de governo encontrou uma cultura estabelecida no interior da máquina administrativa com pouca disposição para realizar mudanças. De 1997 até 2004 uma nova cultura do servidor público veio sendo construída. A Secretaria Municipal da Educação dispõe de recursos específicos para propiciar o recolhimento desta nova cultura e seu aproveitamento em novas frentes de trabalho.

Esta nova cultura pode ser a base para que a comunidade assuma a escola pública como sua e desenvolva habilidades mais aptas para a fiscalização da Prefeitura no cumprimento de suas obrigações.

Os cidadãos de Rio Claro terão oportunidade de se envolver em novos debates no ano de 2004 para elaborar o Plano Municipal de Educação. Esta nova cultura desenvolvida na Rede de Ensino e as experiências de mudanças acumuladas desde 1997 devem colaborar para alcançar um plano mais próximo da realidade local.

A Secretaria Municipal da Educação acumulou experiências no desenvolvimento de ações em comissões intersetoriais constituídas com representantes das diversas Secretarias. Esta experiência pode ser ampliada no ano de 2004 e ganhar novas orientações políticas. As relações da Secretaria Municipal da Educação com as Secretarias da área social podem consolidar o projeto político tanto da proposta de uma "Educação a Serviço da Vida" como na construção de uma "Cidade Viva" para todos. A cooperação com cada Secretaria deve ter seus aspectos específicos identificados, para serem mais eficazmente explorados nos mais diversos programas de ação. O mesmo deve ocorrer nas relações com as Secretarias que se responsabilizam pelos serviços de infra-estrutura.

## **15. TEMAS EM DESTAQUE PARA A AÇÃO EM 2004**

A Secretaria Municipal da Educação comprometeu-se em construir uma Educação de qualidade através de um plano de ação orientado pelos seguintes princípios:

*Formação continuada e reflexiva de todos os envolvidos com o processo educativo.*

*Gestão democrática dos processos educacionais.*

*Democratização do acesso e da permanência na escola.*

O plano para 2004 poderia distinguir duas esferas de ação: uma primeira de reconhecimento de tudo o que foi construído nestes anos de governo; e uma segunda que consistiria na consolidação das ações que significam conquistas em termos de direitos civis. As ações podem ser organizadas de acordo com os campos designados pelos princípios acima expostos:

### *1. Formação continuada*

O CAP deverá aproveitar todas as oportunidades para que os profissionais da Educação reconheçam todo o investimento feito na formação continuada, extraindo das experiências todo o aprendizado possível. Os programas de formação devem ser considerados tanto na abordagem dos temas curriculares quanto no acompanhamento do processo educacional. Destacamos, nesta esfera, algumas ações em termos de importância: a) articular a formação continuada formalmente proposta pelo CAP com as HTPCs em cada escola; b) ampliar os programas de formação dos profissionais de Educação que não são professores; c) desenvolver programas de formação de equipes educacionais inseridas na realidade específica de cada escola; d) analisar as experiências

educacionais e recolher seus resultados em matérias de reflexão sobre a cultura local, sobre o educando real e sobre a história dos educadores e das escolas..

O CAP cumpre um papel político na consolidação do Projeto Pedagógico que assumiu a Educação como um serviço à vida. Nesta esfera, dois deslocamentos podem ser experimentados: a) deslocar de uma retórica ao redor do tema da cidadania para uma prática efetiva de construção do poder popular; b) deslocar das propostas que insistem em formar o educando crítico e o educador reflexivo para um processo educacional feito de movimentos de criação, onde de fato a vida se renova e se sustenta. A consolidação, neste caso, se faz com a compreensão do Projeto Pedagógico a partir do paradigma estético, em que a construção do poder resulta da ampliação dos campos de possibilidades para a realização da vida. Esta ampliação ocorre com a sustentação de movimentos de criação onde educandos e educadores se encontram implicados de corpo inteiro.

## *2. Gestão democrática dos processos educacionais*

Nesta esfera, a Secretaria da Educação deve promover o reconhecimento das aprendizagens efetuadas nas instâncias de participação. Os pontos frágeis identificados na organização dos diversos Conselhos merecem toda atenção neste ano. A formação dos conselheiros deve continuar. A concepção de participação pode ser ampliada a partir dos resultados acumulados durante estes anos de governo.

Os organismos de participação democrática na gestão da Educação devem orientar-se pela preocupação em fazer com que a população assuma o compromisso com a escola pública e desenvolva as habilidades na fiscalização do Estado no cumprimento de suas funções. A participação da comunidade e dos pais na escola deve orientar-se cada vez mais pelo Projeto Pedagógico, aprimorando o papel educacional que ela cumpre.

A participação no Orçamento Participativo deve ampliar a compreensão dos custos da Educação, avaliação da qualidade dos serviços prestados, para o debate sobre o salário dos educadores e o sentido político do investimento em Educação.

Os organismos de participação democrática na gestão da Educação ganharão novas responsabilidades com o Sistema Municipal de Ensino. O Conselho Municipal de Educação estará investido de novos poderes. A gestão de toda a Rede de Ensino poderá ganhar maior agilidade. O Projeto Pedagógico poderá ampliar seu campo de apoio, estará mais próximo da realidade e estará desafiado em seu dinamismo.

A cultura política consolidada ao longo da história da cidade não favoreceu o desenvolvimento de práticas democráticas por parte dos cidadãos. Muitas dificuldades foram encontradas no envolvimento das pessoas nas atividades de discussão e deliberação sobre os rumos da política local. Nota-se também pouca compreensão sobre o sentido da democracia em nossa sociedade, em geral, e no cotidiano das comunidades, de um modo específico. A multiplicação de instâncias de participação na gestão municipal cumpre um papel educacional da população neste esforço de reinventar a democracia nas incansáveis experiências, tendo em vista a construção de uma cidade para todos. Estas dificuldades na lida com a democracia recaem sobre as escolas e criam muitos desafios para os educadores.

A Rede Municipal de Ensino tem sido um espaço amplo e diversificado enquanto apoio para o exercício da criatividade por parte de todos os educadores. Mesmo assim, o envolvimento dos profissionais da Educação com esta Rede ainda não é suficiente. Estamos prestes a implantar o Sistema Municipal de Ensino, que, conseqüentemente, ampliará as possibilidades de ação dos educadores. Uma nova concepção de Rede de Ensino e maior habilidade nas práticas educacionais em

articulação são desafios presentes neste momento. Responder a estes desafios é condição imprescindível para implantar o Sistema Municipal de Ensino em uma perspectiva democrática.

### *3- Democratização do acesso e da permanência na escola*

O reconhecimento da mudança neste setor refere-se à ampliação das vagas, das classes, das escolas. Os investimentos na formação dos educadores e na organização das escolas colaboram para a permanência dos educandos.

A experiência de Rio Claro na esfera da Educação, traz uma novidade que muito tem colaborado com o debate em âmbito nacional. As experiências com o Projeto Recriando e com o Projeto Presença Esperança, somados à experiência da Escola Agrícola, ofereceram elementos para pensar nas possibilidades de implantação da Escola de Tempo Integral. Esta característica específica da experiência de Rio Claro pode ser bem explorada neste ano.

Todo o acúmulo do aprendizado da Rede Municipal de Ensino deve ser direcionado para a elaboração de um Plano Municipal de Educação mais coerente com a nossa cultura com maior potencial de criação. Assim, o compromisso com a defesa da vida, dos educandos e da cidade se consolidará no ano de 2004.